

Recomendações para o Desenvolvimento Sustentado do PDAC – Intuições do Programa “Skillsfuture” de Singapura

*Kou Seng Man**

I. Introdução

Em 2011, o Governo da RAEM lançou o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo (abaixo referido, alternativamente, como “Programa” ou PDAC), tendo por objectivo criar condições favoráveis ao estudo durante toda a vida. Pretende-se que os moradores da RAEM tomem parte do programa, através do qual possam continuar a aperfeiçoar ou a obter certificados, aprimorando a sua cultura pessoal e competências. Mediatamente, espera-se que os cidadãos possam apoiar o desenvolvimento dos diversos sectores da economia, promovendo uma sociedade mais intelectualizada. O “Programa” dirige-se a todos os residentes com 15 ou mais anos de idade, a favor dos quais é oferecido um apoio no valor de 6.000 patacas. Faculta-se aos beneficiários a participação em cursos de nível superior, de educação contínua ou de exames de habilitação, oferecidos por instituições, locais ou do exterior de Macau, devidamente credenciadas pelo “Programa” no termo de sua realização.

Com a publicação dos regulamentos administrativos n.º 16/2011 (Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo); n.º 10/2014 (Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2014 a 2016) e n.º 10/2017 (Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os

* Doutor em Administração Pública. Director do Instituto de Investigações Académicas Internacionais (Macau).

Anos de 2017 a 2019), o PDAC passou da sua etapa inicial, de carácter experimental e exploratório, para um novo patamar, de progressiva institucionalização.

É inegável que, desde seu lançamento, o “Programa” obteve resultados notáveis. Por exemplo, criou um canal polivalente em prol dos moradores, satisfazendo as suas múltiplas necessidades no sentido de poderem continuar a estudar e a receber formação, não apenas estimulando eficazmente o desenvolvimento diversificado dos indivíduos, mas também dando impulso à construção de uma sociedade mais intelectualizada em Macau.¹ Não obstante, o “Programa” ainda tem um grande número de aspectos dignos de aperfeiçoamento. Há recomendações no sentido de ser necessário aumentar o âmbito da utilização dos apoios, incrementar os montantes e fazer ajustes à forma de atribuição dos benefícios, entre outras. Também se apontam à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (sigla DSEJ) uma série de deficiências: ainda não ter implementado cabalmente o mecanismo de inspecção dos órgãos participantes no “Programa”, donde o trabalho de fiscalização não ter podido alcançar os objectivos antecipados; não ter, tampouco, acompanhado eficazmente a utilização dos fundos de caução; não ter criado mecanismos para prevenir o furto de informações pessoais no contexto dos métodos alternativos de inscrição; não ter evitado que os instrutores pudessem utilizar os apoios para se inscreverem em cursos por si próprios ministrados, etc. Apesar de o Comissariado da Auditoria (sigla CA), num relatório recente, ter recomendado melhorias no PDAC em quatro pontos, ainda não há mudanças satisfatórias em três deles.² Com base neste documento, o Governo da RAEM decidiu proceder a uma reforma completa do “Programa”. O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, manifestou-se no sentido de ser necessário utilizar apropriadamente as verbas públicas, garantindo que os apoios serão realmente vocacionados para o desenvolvimento e estudo continuado

¹ An Xuehui, “Implementação e Resultados do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo de Macau (J)”, *China Adult Education*, vol. 1. Shandong: Departamento de Educação Provincial de Shandong, 2018, pp. 100-104.

² Vide o documento *Efeitos dos relatórios de auditoria nos últimos anos — Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo*, publicado pelo Comissariado da Auditoria em Fevereiro de 2020.

dos moradores. O PDAC não terminará, devendo ser relançado após efectuados os devidos ajustes.³

Nesse sentido, o presente texto analisará a eficácia e os aspectos do “Programa” a melhorar, para tal fazendo uso dos inquéritos e das experiências providenciadas pelo plano “Skillsfuture” de Singapura, aliando-os à situação específica de Macau. Por fim, fará uma série de sugestões baseadas em factos, no intuito de promover o desenvolvimento sustentado do PDAC.

II. Eficácia do Plano de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo⁴

Como demonstra a Tabela 1, até ao presente momento, o PDAC já realizou três etapas, com uma participação total de 48.5000 pessoas, tendo oferecido benefícios totais de 2,05 mil milhões de patacas. Desta forma, não apenas concedeu um grande impulso ao desenvolvimento da educação contínua em Macau, como ainda conquistou os sucessos que a seguir se referem:

Tabela 1: Dados básicos das diversas etapas do PDAC

Etapa do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”	Período	Montante do subsídio individual* (patacas)	Participantes (mil pessoas)	Dispêndios totais com subsídio (patacas)
Primeira etapa	2011-2013	5000	Mais de 145	500 milhões
Segunda etapa	2014-2016	6000	Mais de 160	700 milhões
Terceira etapa	2017-2019	6000	Mais de 180	850 milhões

Fonte dos dados: Compilados com base em documentação disponibilizada pela DSEJ sobre o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”.

* Durante o prazo de realização do “Programa”, todos os residentes com idade de 15 ou mais anos podem solicitar os subsídios.

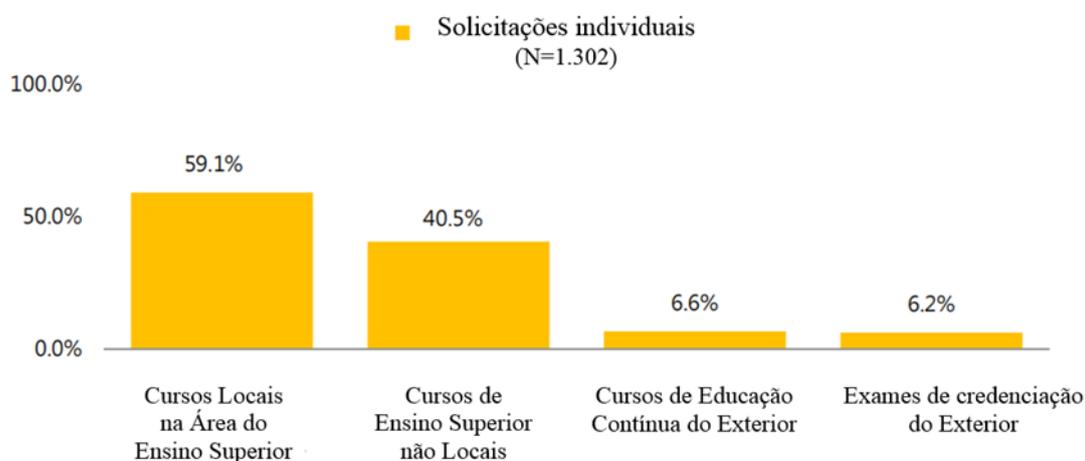
³ Ho Iat Seng, “Realizando uma reforma completa do PDAC”, *Exmoo News*, 20/04/2020.

⁴ Excepção feita às referências em sentido contrário, os dados citados nesta secção provêm do *Relatório de avaliação intercalar do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019*.

1. Criação de um canal polivalente de apoio aos estudos

De acordo com a documentação compilada pelo “Relatório de avaliação intercalar do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019” (referido neste texto simplesmente por “Relatório”), a maior parte dos candidatos aos apoios que estão a frequentar ou concluíram os cursos/exames de habilitação declararam-se, nas averiguações do governo, participantes em cursos de ensino superior em instituições locais (59,1%); participantes no mesmo tipo de cursos, mas em instituições do exterior (40,5%); já os envolvidos em cursos de aprendizagem contínua ou em exames de habilitação fora de Macau ocupam, respectivamente, uma percentagem de 6,6% e 6,2% (vide Diagrama 1).

Diagrama 1: Modalidades de participação individual em cursos sob realização/já concluídos/exames para habilitação (múltiplas escolhas)



Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

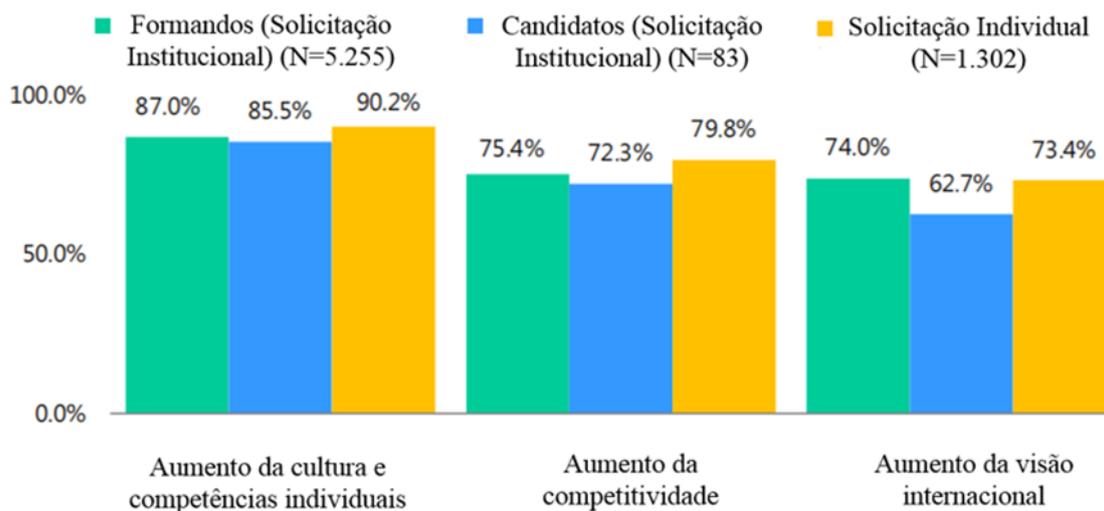
Através do “Programa”, os residentes de Macau podem participar em três modalidades de cursos: de nível superior, de educação contínua ou de exames de habilitação, sejam eles promovidos por instituições locais ou do exterior. No que concerne aos meios concretos de oferta de apoios, um deles é o de as propinas ou taxas de participação serem creditadas directamente nas contas bancárias abertas em nome de cada um dos beneficiários, na hipótese de participação em cursos

oferecidos localmente; em segundo lugar, os particulares podem primeiro efectuar o pagamento de sua conta e depois solicitar o subsídio à DSEJ, o que se aplica tanto a instituições locais, como do exterior. Donde se percebe que o PDAC criou meios diversificados de apoio aos estudos.

2. Aprimoramento da cultura individual dos residentes

Segundo informações disponíveis no “Relatório”, dos estudantes (programa de candidaturas institucionais), dos participantes nos exames (idem) e dos beneficiários individuais que aceitaram participar nas averiguações, mais de 80% (respectivamente, 87,0%, 85,5% e 90,2%) concordam que o “Programa” contribuiu para aprimorar a cultura individual e as competências dos beneficiários e mais de 70% admitem que o PDAC teve um papel positivo para elevar a competitividade dos participantes. Além disso, mais de 70% dos estudantes (74,0%) e beneficiários individuais (73,4%) e mais de 60% dos participantes em exames (62,7%) concordam que o “Programa” se revelou capaz de oferecer uma perspectiva internacional aos residentes (vide Diagrama 2)

Diagrama 2: Grau de impacto do “Programa” sobre a cultura geral dos residentes



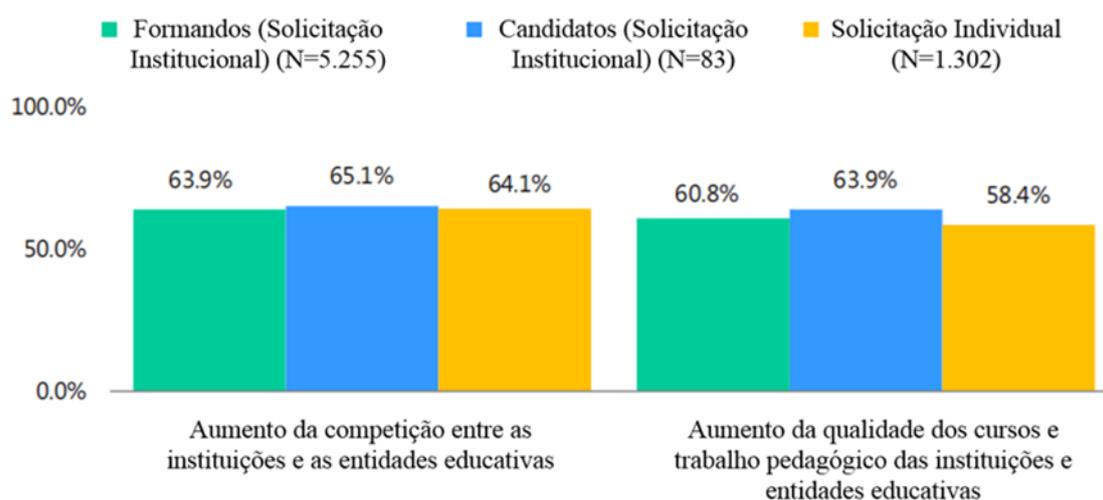
Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

O “Programa” abre uma conta bancária em nome de cada um dos residentes com idade igual ou superior a 15 anos. É-lhes facultada a utilização do benefício de uma única vez ou por repetidas vezes para pagamento das propinas ou taxas de matrícula para os exames. O propósito essencial de tal apoio é o de enriquecer a cultura individual dos residentes ou de lhes oferecer uma perspectiva internacional.

3. Melhorar os cursos e o ensino das instituições de educação, sejam ou não de ensino superior

Segundo o “Relatório”, dos estudantes (programa de candidaturas institucionais), dos participantes em exames (idem) e dos beneficiários individuais que aceitaram participar nas averiguações, mais de 60% (respectivamente, 63,9%, 65,1% e 64,1%) concordam que o “Programa” é capaz de aumentar a competitividade dos centros de ensino, sejam eles de ensino superior ou não; cerca de 60% (respectivamente, 60,8%, 63,9% e 58,4%) acreditam que o “Programa” é capaz de melhorar a qualidade dos cursos e do ensino nesses centros (vide Diagrama 3).

Diagrama 3: Grau de impacto do “Programa” sobre a qualidade das instituições educacionais



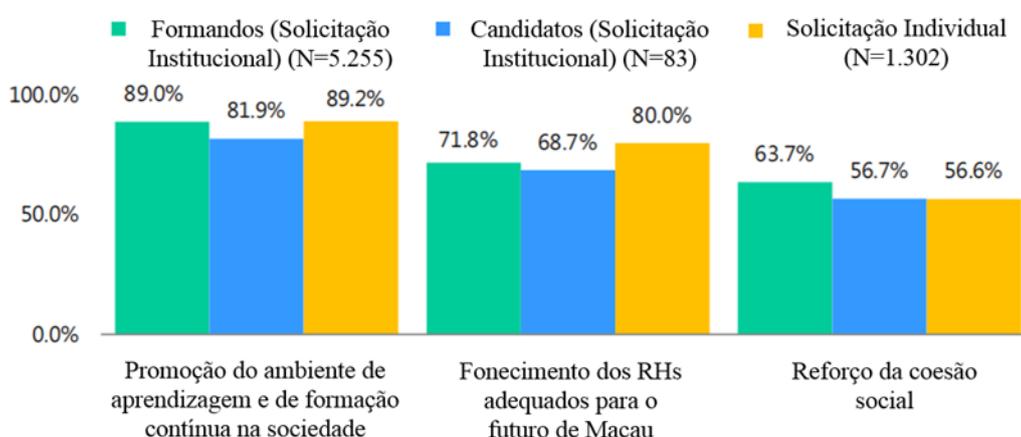
Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

O PDAC é capaz de reforçar a competitividade das instituições de ensino, sejam elas superiores ou não, de modo que certamente elas melhorarão a qualidade do seu ensino, atraindo ainda mais residentes para os seus cursos. Assim, o “Programa” trouxe efeitos benéficos tanto para os cursos, como para o trabalho educativo.

4. Contributo para a criação de uma sociedade mais intelectualizada

Ainda nos termos do “Relatório”, dos estudantes (programa de candidaturas institucionais), dos participantes em exames (idem) e dos beneficiários individuais que aceitaram participar nas averiguações, mais de 80% (respectivamente, 89,0%, 81,9% e 89,2%) dos averiguados admitem que o “Programa” conseguiu criar na sociedade o hábito de continuar a estudar e a aperfeiçoar-se; cerca de 70% (respectivamente, 71,8%, 68,7%, 80,0%) dos averiguados estão de acordo em como o PDAC tem capacidade para produzir talentos adequados para o desenvolvimento futuro da cidade. Além disso, mais de metade (respectivamente, 63,7%, 56,7% e 56,6%) pensa que o “Programa” reforça a coesão social (vide Diagrama 4).

Diagrama 4: Grau de impacto do “Programa” sobre os hábitos de estudo e aperfeiçoamento da população



Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

O “Programa” tem poder para criar o hábito social de continuar a estudar e a aperfeiçoar-se, ao mesmo tempo que contribui para produzir talentos adequados ao desenvolvimento futuro da RAEM, além de reforçar a coesão social. Tudo isso promove a criação de uma sociedade mais intelectualizada em Macau.

III. Aspectos do PDAC susceptíveis de melhoria

Para uma iniciativa que já conta com quase dez anos de existência, é um facto que muitos residentes já puderam beneficiar do “Programa”. Desde a sua implementação, os residentes de Macau foram encorajados a empregar o seu tempo livre para tomar parte em acções de aperfeiçoamento, o que não só lhes permitiu acumular novos conhecimentos e melhorar a sua cultura geral e competências, como ainda exerceu um papel relevante, permitindo criar uma sociedade mais intelectualizada. Porém, em compensação, há um número expressivo de aspectos que ainda carecem de melhorias, pelo que se impõe uma reforma do modelo, antes de o mesmo poder voltar a ser implementado. Este artigo pretende, durante tal etapa de reforma, sintetizar quais os pontos que devem ser aperfeiçoados, em especial a necessidade de se pensar melhorar quatro itens, nomeadamente, criar uma função de coordenação para o “Programa”, ajustar o seu conteúdo, promover uma melhor gestão e supervisão, bem como apontar novas direcções.

1. Criar uma função de coordenação para o PDAC

Se tivermos em mente os objectivos e o significado do PDAC, é necessário contar com a participação efectiva e a coordenação das instituições envolvidas, para que o “Programa” seja capaz de promover o estudo continuado nos residentes e o desenvolvimento económico da sociedade. Entretanto, apesar de o “Programa” abarcar cursos alusivos a diferentes fases do processo educativo, o mesmo está sob a tutela exclusiva da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude. Donde se depreende que tal iniciativa não conta com o apoio e a

coordenação efectivos de outros departamentos governamentais, o que exige o estabelecimento de uma função de coordenação.

2. Ajustar o conteúdo do PDAC

Em termos de mudanças no conteúdo do PDAC, foram feitas sugestões quando à sua cobertura, valor dos apoios e forma de atribuição, entre outros. São temas que requerem certos ajustes.

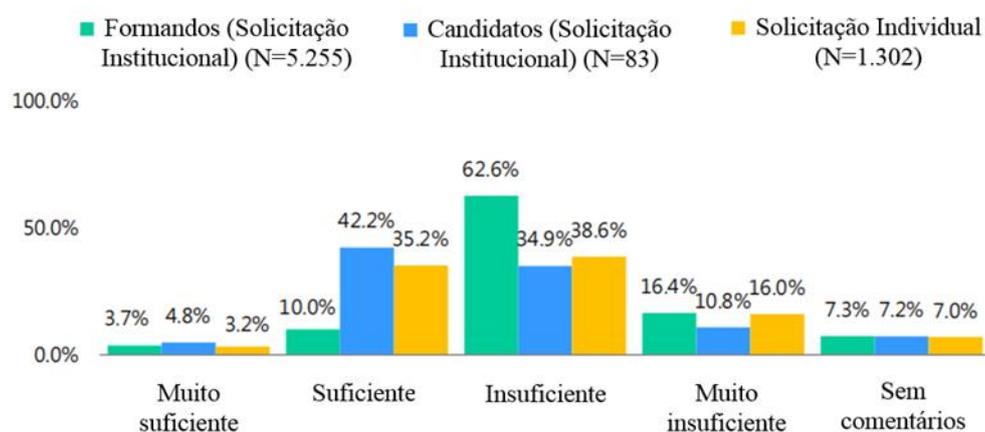
Em primeiro lugar, os beneficiários do PDAC são todos os residentes de Macau com 15 anos de idade no mínimo. Por detrás desse critério, está a intenção de criar condições favoráveis ao hábito de estudo durante toda a vida, estimulando os moradores da RAEM à participação consistente no “Programa”, seja no campo do aperfeiçoamento contínuo, seja no que se refere à participação em exames. Não apenas se pretende melhorar o nível cultural e as competências dos moradores, como também apoiar o desenvolvimento dos diversos sectores económicos e estabelecer uma sociedade mais intelectualizada. Portanto, o seguinte problema é digno de reflexão: para realizar os objectivos desse “Programa”, não seria uma boa ideia ampliar o seu âmbito da sua aplicação, para atingir o objectivo de envolver mais moradores na educação continuada?

Depois, em relação aos valores dos apoios, o resultado de um inquérito refere que 79,0% das instituições participantes, 45,7% dos matriculados nos exames e 54,6% dos beneficiários individuais concordam que o tecto actual de 6.000 patacas é insuficiente ou é parcialmente insuficiente (vide diagrama 5). De entre os motivos para essa insatisfação, salienta-se que os custos dos cursos ou das matrículas nos exames são elevados, pelo que os apoios não são suficientes para cobrir as propinas e as taxas, seja dos cursos superiores, seja do aperfeiçoamento ou da educação continuada.

Além do mais, uma análise às características dos participantes revela que, na faixa dos 35-54 anos, quanto mais elevado é o nível educativo e de rendimentos (p.ex. no que se refere aos profissionais e funcionários públicos participantes no “Programa”), maior é a proporção dos respondentes que consideram que os apoios

actuais não são bastantes (vide Diagrama 6). Assim, este grupo de pessoas ora envolvido nas actividades educativas ou no aperfeiçoamento das suas competências laborais tem a expectativa de o “Programa” vir a aumentar o valor dos subsídios.

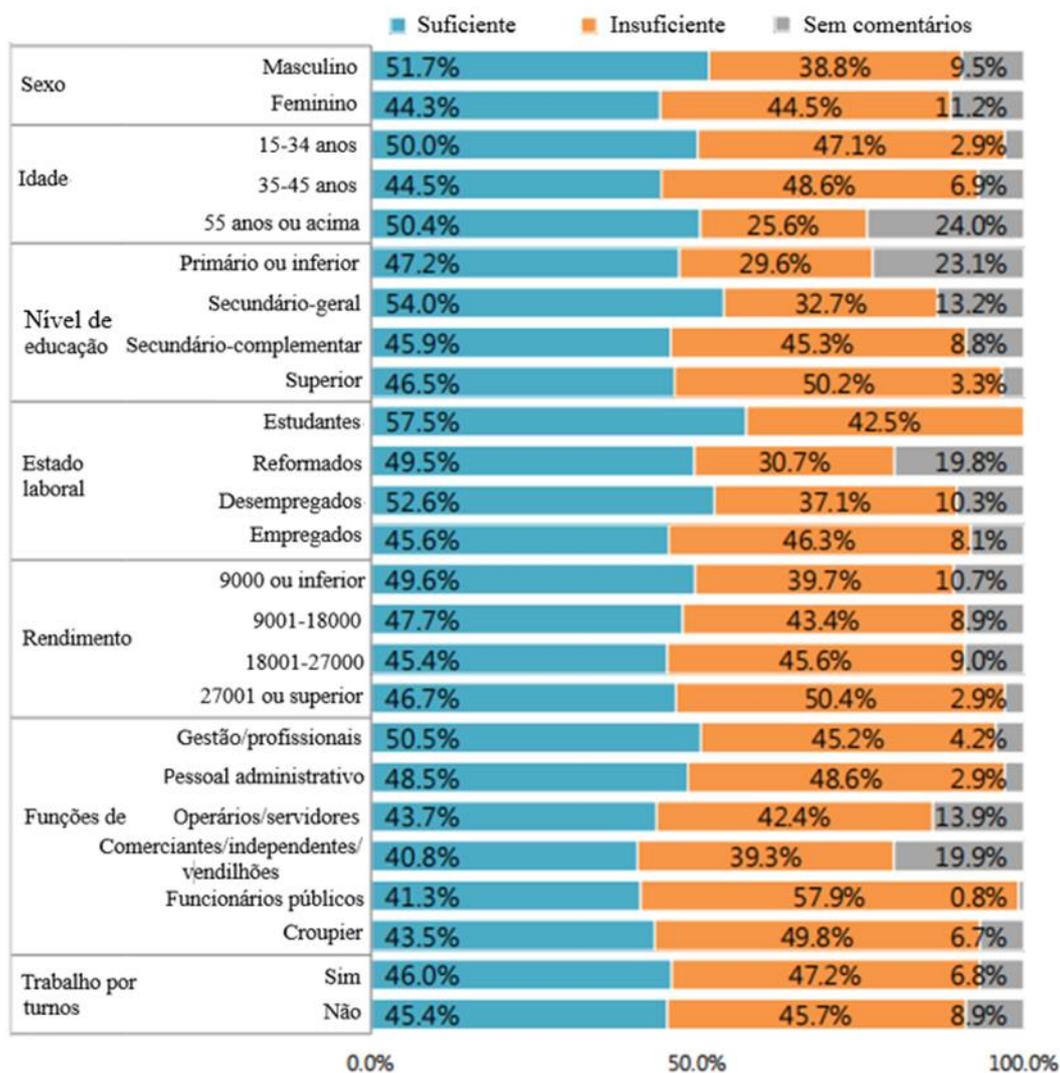
Diagrama 5: Opinião sobre o montante total de 6.000 patacas: suficiente ou não?



Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

Por último, sobre a forma de atribuição, de entre os moradores que actualmente utilizam o subsídio, muitos consideram que a existência deste “Programa” os levou a não reflectirem muito sobre o pagamento das propinas, a faltarem à responsabilidade para com a frequência às aulas e até mesmo a matricularem-se em cursos sem pensarem no facto de os mesmos para eles serem ou não adequados. Em consequência, há participantes no “Programa” que, no decurso das suas actividades, perdem o interesse pelas aulas, o que se reflecte no absentismo. Tal fenómeno gera desperdício de vagas nos cursos e de dinheiro público. Além do mais, apesar da existência do regime de caução e de desconto, os custos por fim não recaem sobre os moradores. Ao carecer de vinculação jurídica, piora-se assim o hábito de os participantes faltarem às aulas. Desta maneira, há muita controvérsia na sociedade, com uma parte dos residentes a defender que é preciso exigir dos participantes que se responsabilizem por uma taxa de entrada não reembolsável.

Diagrama 6: Análise por categorias demográficas: o montante total de 6.000 patacas é suficiente ou não?



Fonte dos Dados: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo para os Anos de 2017 a 2019

Em resumo, antes de o governo da RAEM voltar a oferecer o PDAC, é necessário rever a questão da sua eficácia e, ao mesmo tempo, saber se será necessário melhorar o nível dos preços exigidos pelos diferentes tipos de cursos. Com base neste entendimento da situação, importa repensar os problemas do âmbito da cobertura do “Programa”, do valor dos apoios e da forma da sua atribuição. Sob uma avaliação e ajustes realizados profissionalmente, é possível garantir o uso razoável dos subsídios.

3. Promover uma melhor gestão e supervisão do PDAC⁵

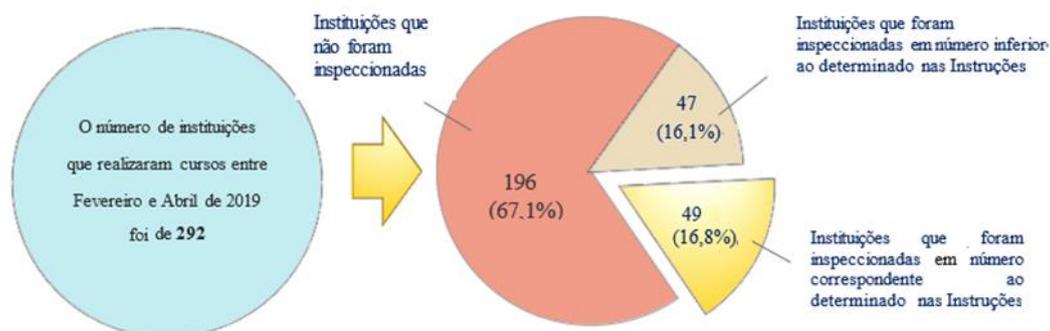
O objectivo do PDAC é estimular os moradores de Macau a acumularem mais conhecimentos por meio do aperfeiçoamento contínuo, melhorando, desta forma, a sua cultura individual e competências, com reflexos positivos no desenvolvimento e no progresso de toda a sociedade local. Durante as averiguações realizadas sobre o Programa, verificou-se que, entre o lançamento do “Programa”, em Julho de 2011 e Junho de 2012, foi atribuído um total de 150 milhões de patacas. Depois, com as alterações ocorridas nas três etapas por que passou o PDAC, até 31 de Dezembro de 2018, já tinham sido destinados 1,78 mil milhões de patacas. Um valor desta magnitude afirma a suprema importância de que se reveste a melhoria dos trabalhos de implementação e de supervisão para garantir a eficácia do “Programa”.

Em Março de 2020, o Comissariado da Auditoria publicou um relatório intitulado “Efeitos dos relatórios da auditoria nos últimos anos – Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”. Com base no critério custo-benefício, esse documento salientou que ainda há muitas insuficiências ao nível da supervisão, por exemplo no que tange às inspecções *in loco*, aos métodos alternativos de inscrição e ao regime de caução, pelo que se aguardam melhorias.

Em primeiro lugar, sobre o tema das inspecções *in loco*, o Comissariado da Auditoria revelou que a DSEJ cometeu um erro no cálculo dos resultados da avaliação de Janeiro de 2019, devido a negligência humana, com reflexos sobre a nota obtida por um grupo de instituições. Por outro lado, os mesmos serviços referiram que, mediante as inspecções *in loco*, havia 292 órgãos a oferecer cursos entre Fevereiro e Abril de 2019, dos quais apenas 49 tinham recebido o número de visitas exigido pelas orientações em vigor (vide Diagrama 7). Criticou-se o facto de o número de inspecções estar muito aquém do ideal, havendo insuficiências notáveis quanto à sua supervisão.

⁵ Esta parte do texto foi elaborada com base na análise custo-benefício desenvolvida no documento *Efeitos dos relatórios de auditoria nos últimos anos – Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo*, publicado pelo Comissariado da Auditoria em Março de 2020.

Diagrama 7: Proporção de inspecções às instituições participantes



Fonte dos dados: “Efeitos dos relatórios de auditoria nos últimos anos — Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, sob análise de custo-benefício

Ainda no que se refere ao desempenho das inspecções *in loco*, a verificação de 379 formulários de autos revelou que 6 tinham sido preenchidos com informações erradas, enquanto nada de irregular foi verificado em outros aspectos. Nas inspecções subsequentes, os documentos já foram recolhidos conforme os procedimentos regulares, o que comprova que ocorreram melhorias em relação ao passado.

Além do mais, numa situação em que não estão disponíveis informações sobre a identidade dos participantes no “Programa”, é difícil que a DSEJ confirme se há ou não falsificação de assinaturas nos boletins de presença nos cursos. Também ficou constatado pelo Comissariado da Auditoria que persistem situações em que os instrutores não assinam os documentos dos cursos com a rubrica registada nos seus cartões de identidade, muito embora isso tenha escapado à atenção da DSEJ. Se uma outra pessoa assinar os formulários dos autos ou os boletins de presença em vez do instrutor, segundo os métodos de verificação ora em vigor, os serviços competentes não poderão colocar tais assinaturas em dúvida, procedendo à sua confirmação final, donde se conclui que os mecanismos em vigor não possuem a eficácia ideal.

A partir das conclusões tiradas pela auditoria em causa, em cada um dos itens tratados acima, a DSEJ somente progrediu no que se refere às inspecções *in loco*. Nas outras questões ainda há insuficiências no funcionamento dos mecanismos e

as medidas de supervisão são deficientes ou não são executadas como devido. No mecanismo das inspecções *in loco*, há muitos problemas, donde se depreende que, actualmente, elas não têm a eficácia desejada, sendo difícil atingir os objectivos pré-estabelecidos, tais como garantir a qualidade dos cursos e prevenir a má utilização dos recursos públicos.

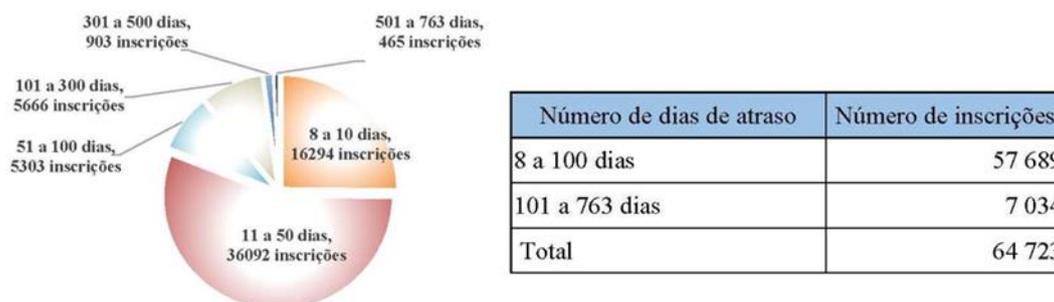
Falando francamente, o objecto das inspecções *in loco* é o de os departamentos encarregados confirmarem se os cursos abertos pelas instituições beneficiárias satisfazem ou não as condições que foram previamente aprovadas. Com elas, pretende-se garantir a qualidade do ensino, ao mesmo tempo que se cria também uma medida relevante para se prevenir a utilização indevida dos fundos públicos. Cada etapa desse trabalho está mutuamente relacionada, com reflexos umas sobre as outras, inclusive no que se refere às visitas e às avaliações das instituições participantes, à identificação e seguimento dos problemas, até mesmo à verificação da identidade dos instrutores. Por conseguinte, é preciso realizar o trabalho nos termos estritos das orientações, sem o que não será possível garantir que o regime das inspecções *in loco* surta os resultados esperados.

Depois, no que concerne aos métodos alternativos de inscrição, a DSEJ já implementou a confirmação dos documentos por leitura electrónica, com o que se espera evitar a obtenção de apoios através de meios falsificados. Em situações pré-determinadas, é permitida a utilização de outras formas de inscrição para substituir a leitura electrónica. Porém, considerando que a DSEJ ainda não adoptou medidas de gestão e de supervisão desses métodos, há instituições participantes que utilizam tais formas alternativas como regra, sem conhecimento desse departamento responsável, que, até ao momento, ainda não apurou a situação. No caso particular dos trabalhos de supervisão, é bem verdade que, a partir de Fevereiro de 2019, a DSEJ começou a utilizar um método de supervisão por amostragem, com base numa avaliação dos riscos; todavia, mesmo assim, descobriu-se que algumas instituições permitiram inscrições em vários cursos, com 82 ocorrências (47 das quais referentes a estudantes e 43 a cursos), nas quais foram utilizados os mesmos números de telefone para aceder ao sistema da DSEJ para inscrições no “Programa”. Dado que as inspecções aleatórias via telefone

utilizam os números disponibilizados pelas mesmas instituições que adoptam os métodos alternativos de inscrição, não é possível asseverar se tais contactos pertencem ou não aos estudantes assinalados, de modo que ainda pairam dúvidas sobre este procedimento.

Por último, quanto ao regime de caução, o Comissariado da Auditoria investigou os cursos concluídos ao abrigo do “Programa” de 2017 a 2019, até ao dia 31 de Abril deste último, e admitiu que ainda há instituições a adiar o fornecimento das informações exigidas, o que impede o reembolso das cauções. As investigações descobriram que do total de 223.596 estudantes envolvidos,⁶ 158.873 (71,1%) tiveram os seus dados de frequência carregados no sistema da DSEJ pelas instituições em causa dentro de 7 dias após o termo dos cursos; as informações dos demais 64.723 (28,9%) foram entregues com mais de 7 dias, variando de 8 a 763 (vide Diagrama 8).

Diagrama 8: Número de alunos afectados pelo atraso (mais de 7 dias) na entrega dos dados de frequência à DSEJ/número de dias necessários para entrega dos dados dos que concluíram à DSEJ



Fonte dos dados: “Efeitos dos relatórios de auditoria nos últimos anos — Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, sob análise de custo-benefício

Além do mais, a investigação do Comissariado da Auditoria confirmou que a frequência de 24 alunos em 12 cursos foi insuficiente, não qualificando para o reembolso das cauções. Mesmo assim, as instituições beneficiárias atestaram que tais pessoas concluíram os seus cursos, não apenas satisfazendo as exigências

⁶ Não foram contabilizados os cursos de condução de automóveis.

mínimas de participação, mas ainda devolvendo-lhes a garantia que pagaram. Com base no cálculo dos valores atribuídos às actividades em questão, a violação às cauções não-reembolsáveis chega às 15.600 patacas.

Merece atenção o facto de a DSEJ, durante a investigação do Comissariado da Auditoria, sempre assinalar que não dispõe de funcionários bastantes para as inspecções, pelo que há dificuldades em cumprir com as suas responsabilidades. Porém, o “Programa” tem aumentado de dimensões ao longo das suas diferentes edições, crescimento que se verifica até mesmo fora de Macau. Numa situação em que não é possível garantir uma supervisão completa e adequada, a expansão da cobertura do “Programa”, associada à insuficiência de pessoal administrativo, parece contraditória. Todavia, desde o lançamento do PDAC até hoje, têm vindo continuamente à luz do dia casos de irregularidades de gestão, de falsificação de assinaturas ou mesmo de documentos, de burlas, etc, perpetrados por instituições de educação; desses, dez estão relacionados com circunstâncias mais graves, tendo sido encaminhados para seguimento pelas autoridades judiciais. Tais factos não apenas demonstram que houve falhas na execução do “Programa”, como também um largo esbanjamento de dinheiros públicos, distribuídos a esmo pelo governo, o que fez com que as instituições participantes, crenes de haverem ganho a sorte grande, usassem de métodos questionáveis para garantir as suas vantagens em bom tempo. Muito embora a DSEJ tivesse então enfatizado para o público não ser grande a proporção das violações sérias, é verdade que, dessas boas intenções por detrás dos subsídios até ao aperfeiçoamento contínuo, derivaram situações de crime, um desfecho indesejado tanto pelo governo, como pela sociedade. Além disso, tais casos aumentam também a carga de trabalho da DSEJ e da justiça, consumindo recursos valiosos. Em síntese, a série de problemas relacionados com o “Programa” não pode ser ignorada pelos Serviços de Educação e Juventude.

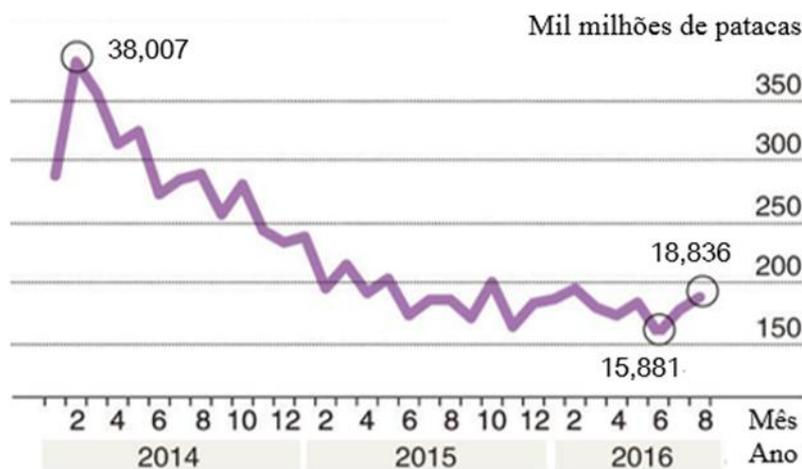
De um modo geral, o Comissado da Auditoria desta vez concluiu que a DSEJ não se empenhou em pôr em prática as suas opiniões e recomendações, tendo mantido um baixo nível de eficiência. Ainda assim, tem continuado a despender centenas de milhões de patacas do tesouro público, do que se depreende que a

execução e a gestão do “Programa” carece de um mecanismo eficiente e activo de investigação, sendo necessário promover reformas profundas, antes de se decidir como deverá o “Programa” ser adequadamente relançado.

4. Considerar novas direcções

Desde o Retorno de Macau à Pátria, o sector do jogo tem mostrado uma tendência de forte crescimento. Entre 2000 e 2013, a sua performance média atingiu 28%. Porém, há um conjunto de factores negativos a causar ao mesmo um grave choque, tais como a perda de vigor da economia global, o aumento da competição no sector, a campanha anti-corrupção no interior da China, a crise de crédito dos junkets, o fortalecimento da regulamentação dos cartões Union Pay, a restrição aos vistos individuais, entre outros. Desde Junho de 2014, as receitas brutas caíram durante 26 meses seguidos, provocando a maior queda desde 1999 – somente em Agosto de 2016 é que foi quebrada a tendência, com um magro crescimento (vide Diagrama 9).⁷

Diagrama 9: Tendências das receitas do jogo em Macau (2014-2016)



Fonte dos dados: Compilados pelo autor, com base em estatísticas disponibilizadas pela DCIJ.

Actualmente, o desenvolvimento de Macau está a sofrer a influência das incertezas no ambiente económico da retoma. O sector do jogo regista uma

⁷ Kou Seng Man, “ ‘Uma Faixa, Uma Rota’ - Oportunidades, Vantagens e Estratégias para o Desenvolvimento de Macau”, *Revista de Administração Pública de Macau*, vol. 121, Macau, SAEP, 2008, pág. 109.

tendência de queda. Conforme dados da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos de Macau (DICJ), as receitas brutas do jogo em Dezembro foram de 22,838 mil milhões de patacas, acusando uma queda anual de 13,7%, num contexto de um trimestre de quedas sucessivas. Em 2019, a receita bruta total foi de 292.455 mil milhões, uma queda anual de 3,4% (vide Tabela 2). No início de 2020, com a eclosão da epidemia da COVID-19, os negócios sofreram um grave impacto, pelo que as receitas brutas de Abril contaram apenas com 754 milhões, um colapso de 96,8% em termos anuais. Macau contava então 7 meses de perdas sucessivas, marcando uma queda recorde, ainda pior do que a marca de Fevereiro, 88% anuais. Em termos de variação mensal, as receitas de Abril também marcaram uma grave queda de 85,65%. O primeiro quadrimestre deste ano acumulou receitas de 31.24 mil milhões, menos 68,7% do que no ano transacto.⁸ As previsões de futuro indicam que há uma tendência de contínua depressão económica, de modo que Macau sofre uma séria pressão para o ajuste da sua estrutura económica. Entretanto, é de esperar que os sectores não-jogo manifestem uma certa vitalidade, para garantir o desenvolvimento estável da economia de Macau como um todo.

Tabela 2: Receita bruta mensal dos jogos de fortuna ou azar, referentes aos anos de 2019 e 2018 (unidade: mil milhões de MOP)

	Receita bruta Mensal			Receita Bruta Acumulada		
	2019	2018	Taxa de Variação	2019	2018	Taxa de Variação
Jan.	24,942	26,260	-5,0%	24,942	26,260	-5,0%
Fev.	25,370	24,300	4,4%	50,312	50,560	-0,5%
Mar.	25,840	25,950	-0,4%	76,152	76,510	-0,5%
Abr.	23,588	25,728	-8,3%	99,739	102,239	-2,4%
Mai.	25,952	25,489	1,8%	125,691	127,727	-1,6%
Jun.	23,812	22,490	5,9%	149,503	150,217	-0,5%
Jul.	24,453	25,327	-3,5%	173,956	175,544	-0,9%
Ago.	24,262	26,559	-8,6%	198,218	202,103	-1,9%
Set.	22,079	21,952	0,6%	220,297	224,055	-1,7%
Out.	26,443	27,328	-3,2%	246,740	251,383	-1,8%
Nov.	22,877	24,995	-8,5%	269,617	276,378	-2,4%
Dez.	22,838	26,468	-13,7%	292,455	302,846	-3,4%

Fonte dos dados: Compilados pelo autor, com base em estatísticas divulgadas pela DIJC.

⁸ Todos os dados mensais do sector do jogo foram obtidos da página electrónica da DICJ <http://www.dicj.gov.mo>

Com a implementação da iniciativa “Faixa e Rota”, bem como com a publicação das “Linhas-Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, a RAEM está a apoiar activamente as políticas do Governo Central, seja estabelecendo progressivamente as suas funções de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, seja integrando-se e construindo conjuntamente a Grande Baía, seja participando na “Faixa e Rota”. No sentido de dar um maior impulso à diversificação adequada de sua economia, o governo da RAEM está tentando aliar uma série de sectores económicos, tais como o da educação, o dos eventos e conferências, o das finanças e o da medicina tradicional chinesa.⁹ No entanto, conforme documentação das três etapas já realizadas do “Programa”, há apenas cinco tipos de cursos disponibilizados, isto é, competências profissionais, educação académica, artes e humanidades, ensino para os idosos e prática de condução de automóveis. Percebe-se que os cursos disponíveis não se adequam totalmente ao ritmo que as autoridades da RAEM desejam imprimir no sentido do desenvolvimento e da diversificação adequada da economia local. Logo, é recomendável que o governo repense as direcções dadas ao PDAC, para que este sirva ao modelo de desenvolvimento de Macau.

IV. Intuições do programa “Skillsfuture” de Singapura¹⁰

Diversos países do mundo estão a implementar planos de aperfeiçoamento contínuo para estimular os seus cidadãos a estudarem durante toda a vida, a

⁹ Kou Seng Man, *A iniciativa “Faixa e Rota” sobre o pano de fundo da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau: o modelo de desenvolvimento de Macau e os caminhos para a sua realização*. Macau UNESCO, 2019, introdução.

¹⁰ Excepção feita às referências em contrário, a parte deste texto foi elaborada conforme as seguintes fontes:

1. Situação da Aprendizagem Contínua em Hong Kong, documento publicado em 17 de Novembro de 2017 pelo Grupo de Investigação do Secretariado da Assembleia Legislativa de Hong Kong;
2. Ao Io Weng, “Inspiração no Plano ‘Skillsfuture’ de Singapura para o Estudo Contínuo em Macau”, *Revista de Administração Pública de Macau*, vol. 121, Macau, SAEP, 2018, págs. 179-205;
3. “O programa peculiar ‘Skillsfuture’ de Singapura”, *Zhongguo Zuzhi Renshibao*, 13/6/2019.

prepararem-se para responder a todos os tipos de desafios trazidos por um ambiente de trabalho em rápida transformação. Por exemplo, de 2007 a 2013, a Comissão Europeia manteve o “Programa de Educação Permanente” (Lifelong Learning Programme), com um orçamento total de 7 mil milhões de euros (equivalentes a cerca de 65 mil milhões de dólares de Hong Kong). Tal iniciativa está virada para os estudantes em diferentes etapas da sua vida, providenciando-lhes oportunidades para estudarem e receberem formação em diferentes locais do seu continente. As diferentes categorias abrangidas pelo “PEP” foram absorvidas pelo Programa Erasmus+ entre 2014 e 2020.

Além dos países ocidentais, vários países e regiões da Ásia também estão a adoptar políticas e planos de educação contínua. Ao considerar os resultados de um estudo em muitas regiões do mundo que estão a actuar nesse sentido, estamos convencidos de que a iniciativa “Skillsfuture” de Singapura, lançada em 2015, é o caso de maior êxito, cujas experiências oferecem as seguintes intuições para Macau:

1. Diversificação das instituições participantes, com repartição clara de tarefas

Com a finalidade de planear bem a iniciativa, em 2014, o governo de Singapura criou uma comissão específica, presidida pelo seu vice-primeiro ministro, que acumulava as funções de ministro do planeamento de estratégias sócio-económicas. Para integrar o trabalho de concepção e programação do “Skillsfuture”, foram convidados para integrar a referida comissão representantes de diversas instituições, governamentais, profissionais, sindicais ou de educação. O programa foi implementado com sucesso, devido à participação conjunto das diversas partes envolvidas. O “Skillsfuture” tem por lema “suas competências, seu património, seu futuro”. Cada nacional singapurense é considerado um “stakeholder”. Antes de ser formalmente lançado, foi criada uma comissão com a missão de órgão dedicado à elaboração das políticas, cuja gestão, com plenos poderes, coube, num primeiro momento, ao órgão “Skillsfuture Singapore SG”, subordinado ao Ministério da Educação. Em seguida, diversas repartições

governamentais, tais como a Agência para o Desenvolvimento da Força de Trabalho, a Agência Spring e a Autoridade para o Desenvolvimento das Infocomunicações e Média, entre outras, participaram no trabalho de planeamento e também organizaram cursos. De entre essas repartições, a Skillsfuture SG ficou responsável pelo controlo geral do programa, enquanto a Agência para o Desenvolvimento da Força de Trabalho respondia pela distribuição dos recursos humanos.

Mediante uma cooperação bilateral, as escolas de Singapura deram um importante contributo para o sucesso do programa. Estão nela incluídas mais de dez instituições de ensino superior do país, designadamente a Universidade Nacional, a Universidade Tecnológica de Nanyang, o Instituto de Tecnologia, o Instituto de Administração e o Instituto de Educação Técnica, que não apenas organizaram cursos e acções de formação, como também ofereceram estágios e oportunidades de estudo no exterior, além de avaliarem e concederem títulos aos estudantes envolvidos. Adicionalmente, as empresas de Singapura, especialmente as PME's, também ofereceram oportunidades de estágio e formação aos participantes do programa. Toda a população de Singapura participou activamente, motivada pelo seu interesse em estudar, em adquirir competências, em se actualizar permanentemente, o que reforçou a confiança do governo local, promovendo um desenvolvimento constante do programa.

2. O governo é fonte principal dos recursos, auxiliado pelas participações da sociedade

De maneira a lançar o programa “Skillsfuture”, os gastos governamentais no ensino contínuo e em cursos de formação foram reforçados de 600 milhões de dólares de Singapura (SGD, equivalentes a 3,50 mil milhões de dólares de Hong Kong, HKD), entre 2010 e 2015 e de mil milhões SGD (5,80 mil milhões HKD) de 2015 a 2020. As reformas das instituições há pouco referidas e os investimentos governamentais fazem prova de que o governo daquele país atribuiu elevado valor ao programa, além de destacar o seu significado em diferentes planos, tais como educação, emprego e desenvolvimento económico.

Além dos gastos públicos, os diferentes sectores da sociedade de Singapura também ofereceram doações, o que serviu para aumentar a confiança no sucesso da iniciativa. Por exemplo, em Novembro de 2014 foi criado o Fundo Milénio para o “Skillsfuture”, no qual participaram patrões, sindicatos, o público, além do próprio governo, para efeitos de atribuição de bolsas de estudo.

3. Diversidade de apoios

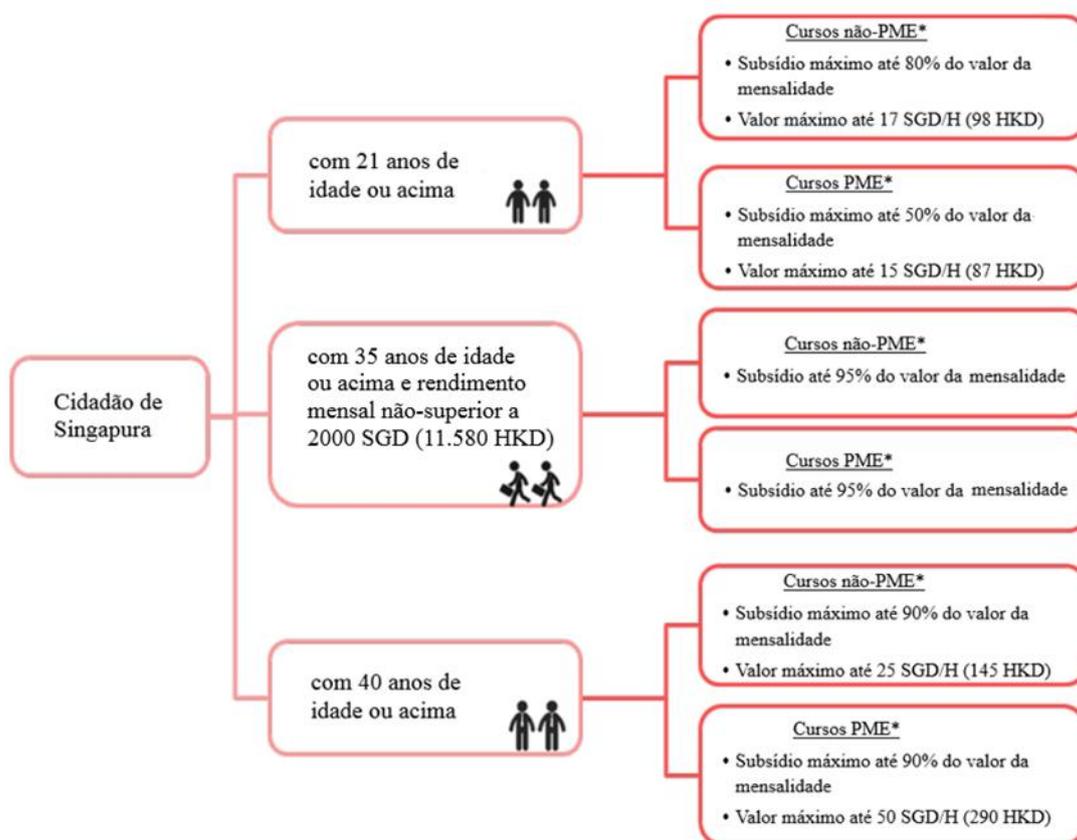
De acordo com as regras do programa “Skillsfuture”, todo o cidadão de Singapura com mais de 25 anos pode, de início, gozar de um primeiro montante de 500 SGD (2.895 HKD), chamado “Skillsfuture credit”. Depois, o governo regularmente atribui novas parcelas. Não há um limite de tempo para os subsídios serem utilizados, podendo os valores ser acumulados; os beneficiários podem utilizar tais valores para pagar as taxas dos cursos autorizados (inclusive em linha), iniciados após o recebimento dos apoios.

Nos últimos anos, o “Skillsfuture” passou a disponibilizar atractivos económicos para estimular os patrões e os empregados a participar no aperfeiçoamento contínuo, uma iniciativa citada pela OCDE como uma prática de sucesso. Por um lado, de maneira a garantir que os cidadãos pudessem assumir as despesas com a formação, muitos cursos aprovados receberam vultosos apoios públicos, que foram redistribuídos pelos participantes na própria conta sob a forma de subsídios, que chegaram a cobrir entre 50% a 95% do valor total das propinas (vide Diagrama 10).

Por outro, o governo de Singapura também oferece subsídios entre 50% a 95% para os cursos de formação custeados pelos patrões. Estes podem igualmente obter 80% do valor total do salário devido para as horas em que os funcionários estiverem em formação (absentee payroll), calculados sobre a remuneração base dos mesmos. Para as PME, o limite desses abonos é de 7,5 SGD por hora (43,4 HKD); para as outras empresas podem obter um máximo de 4,5 SGD (26,1 HKD). Além do mais, de acordo com o “Plano de Apoio à Formação no Emprego” (Workfare Training Support Scheme), os patrões podem solicitar 95% do subsídio

para o valor total do salário devido para as horas em que os funcionários estiverem em formação, no caso dos trabalhadores com mais de 35 anos que ganharem menos de 2.000 SGD (11.580 HKD).

Diagrama 10: Subsídios oferecidos para estudantes por conta própria em 2017, no quadro do programa “Skillsfuture”



Fonte dos dados: Programa “Skillsfuture” de Singapura

* Cursos PME: são aqueles vocacionados para profissionais, pessoal de gerência e direcção

4. Especial atenção ao apoio aos novos sectores

Com a entrada na Era da Informação e na 4ª Revolução Industrial, novos sectores económicos começaram a aparecer, trazendo imensas oportunidades de estudo e emprego, o que também importou em novas responsabilidades e numa nova missão para o programa “Skillsfuture”.

O governo de Singapura dá muito valor ao desenvolvimento desses novos sectores, pelo que continua a ampliar o conteúdo dessa iniciativa, a estimular os seus cidadãos a aprenderem novas competências relacionadas com esses sectores e a familiarizarem-se com um campo profissional ainda mais amplo. Concomitantemente, também reforça o apoio às suas empresas, particularmente às PME's. Em Março de 2018, o governo de Singapura anunciou subsídios a 300 PME's e a transnacionais de diversos campos, para além de utilizar os índices das capacidades industriais elaborados pelo seu Conselho de Desenvolvimento Económico para efeitos de avaliação e de estímulo a que se acelere a conversão para as indústrias de 4ª Geração.

Bem ainda, com a finalidade de abrir espaço aos novos sectores emergentes, Singapura também procedeu a uma actualização constante do quadro das competências. Em 2018, o “Skillsfuture” publicou três novas categorias de competências, nomeadamente, indústrias por atacado, indústrias alimentícias e indústrias media. Em Janeiro de 2019, foi acrescentada a categoria de competências relacionadas com os serviços sociais, o que ampliou as oportunidades de se encontrar um emprego ou de mudar de ramo, ajudando os patrões a definir com clareza a direcção para melhoria das competências dos seus empregados.

V. Recomendações para o desenvolvimento sustentado do PDAC

É inegável que o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” estimulou o desenvolvimento sustentado da educação em Macau. Por um lado, ele conquistou méritos notáveis, tais como a oferta de diferentes canais para a aprendizagem, a melhoria do nível educacional dos cidadãos, o aprimorar dos cursos e do ensino oferecido pelas instituições de educação locais e o incentivar o desenvolvimento de uma sociedade mais intelectualizada. Por outro, não obstante, o “Programa” possui também alguns aspectos dignos de melhoria, a saber, é necessário criar uma função de coordenação, realizar ajustes no que se

refere ao conteúdo, reforçar o trabalho de supervisão e repensar as direcções a serem seguidas. Desta forma, baseando-nos nos inquéritos e na experiência do programa “Skillsfuture” de Singapura aqui analisados, poderemos, de agora em diante, ligá-los à situação específica de Macau para indicar uma série de sugestões exequíveis, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentado do PDAC.

1. Criar uma função de coordenação no contexto do programa

Há diferenças sensíveis entre os programas de Macau e de Singapura, no que se refere à função de coordenação. No PDAC, as responsabilidades de adoptar regras e executá-las recai apenas sobre a DSEJ, donde resulta a ausência de participação e de cooperação por parte de outras repartições. Em Singapura, todavia, o “Skillsfuture” conta com a presença activa tanto das instituições afectadas, como da sociedade em geral, o que incentiva o desenvolvimento contínuo desta iniciativa.

Desta forma, propomos, em primeiro lugar, que se estabeleça uma função de coordenação no contexto do PDAC para estímulo da participação e da cooperação dos outros actores envolvidos na iniciativa. Para tanto, poderemos ter como referência o que já vem sendo realizado pelo “Skillsfuture” em Singapura, por exemplo adaptando o modelo ora existente de organizações consultivas para criar uma comissão dedicada ao PDAC, conjugando as forças de cada sector social (incluindo uma representação ampla, com a presença de departamentos governamentais como DSEJ, GAES, IAS, DSE, DST; escolas, empresas, associações civis, órgãos sociais, etc.). Mediante discussão, participação, coordenação e cooperação, poderá promover-se o avanço do “Programa”, assumindo responsabilidades tais como as de propor acções, políticas e formas de implementação para cada área abrangida pelo PDAC, além da oferta de feedback.

2. Realizar ajustes no conteúdo do PDAC

É necessário ajustar o conteúdo do PDAC, particularmente no que se refere ao seu âmbito, ao valor dos apoios e às formas de atribuição.

Em relação ao âmbito do “Programa”, propomos que o governo da RAEM considere ampliar a faixa etária dos residentes qualificados, ou seja, do mínimo de 15 anos ora em vigor para a idade de 7 anos (ou seja, aplicável também a alunos da escola primária). Como razão para esta mudança, podemos basear-nos nos objectivos do “Programa”, já que ele deseja encorajar os residentes a estudarem durante toda a vida, sem nos esquecermos que as crianças também são parte da sociedade, pelo que possuem o direito de usufruir também deste subsídio. Nos seus tempos livres, deve-se permitir que participem daqueles cursos pelos quais possam ter interesse, tais como música, línguas, artes e desporto, entre outros. Tais conhecimentos devem ser cultivados desde a mais tenra idade e, galgando os diferentes estágios, chegar finalmente à emissão de um certificado profissional. Isto está ainda em consonância com a meta governamental de envidar esforços para apoiar os moradores a obterem um diploma. Além do mais, a medida possui a virtude de aliviar as despesas financeiras das famílias de Macau, evitando que as crianças locais sejam forçadas a abandonar as suas actividades extra-curriculares devido à falta de condições financeiras, com o decorrente desperdício dos seus talentos.¹¹

Sobre o valor dos apoios, o total de 5.000 patacas estabelecido em 2011 foi reajustado para 6.000 patacas três anos depois, tendo permanecido nesse patamar desde então. Tendo em vista que o preço dos cursos e as taxas de inscrição nos exames têm aumentado, é verdade que as 6.000 patacas já não bastam para cobrir os programas avançados, de especialização ou mesmo os cursos mais extensos. Os moradores têm a esperança de que o governo possa aumentar esses valores. Em nossa opinião, a RAEM pode ter por modelo o “Skillsfuture” para diversificar as fontes de financiamento, com um modelo diversificado no qual há já investimento governamental e da sociedade. Ao mesmo tempo, também é importante verificar que, com o aumento da inflação, os cursos e as credenciais continuam a subir de preço, pelo que se recomenda ajustar adequadamente o total dos subsídios.

¹¹ “O que pode melhorar no PDAC?”, *Son Pou*, 31 de Março de 2016.

Sobre as formas de atribuição, o “Skillsfuture” emprega atractivos económicos para estimular os patrões e empregados a participarem e a apoiarem o ensino continuado. Essa iniciativa foi citada como uma prática de sucesso reconhecida pela OCDE. Ao definir como público-alvo os diferentes grupos de nacionais, desejosos de buscar conhecimentos ou de um emprego, o “Skillsfuture” oferece-lhes uma série de apoios com larga área de cobertura. Por exemplo, as pessoas com mais de 25 anos de idade podem solicitar um subsídio inicial de 500 SGD (2.895 HKD) e o governo continuará a atribuir regularmente novas parcelas. Não há limite de tempo para esse benefício, que pode ser cumulado com outros, o que resulta numa conveniência para a população pagar as propinas dos cursos autorizados relacionados com competências específicas (como é o caso dos cursos em linha conhecidos por MOOCs¹²). Além disso, muitos desses cursos são financiados pelo governo, para garantir que a população possa tomar parte neles. Os matriculados por conta própria podem obter apoio num valor entre 50% e 95% das propinas. Também há apoios públicos para as propinas nos casos de promoção de actividades por parte dos patrões, nessa mesma percentagem, não esquecendo que os mesmos patrões podem obter entre 80% e 95% do valor total do salário devido para as horas em que os funcionários estiverem em formação. Todas estas variantes são formas de atribuição que merecem estudo e estímulo por parte do governo da RAEM.

Assim, inspirando-nos no programa “Skillsfuture”, propomos o seguinte: em primeiro lugar, recomendamos a substituição do sistema de caução pelo de pagamento de uma parte do valor do curso, a título de entrada. Desta maneira, é possível eliminar o desperdício de recursos causado pelo absentismo. Em segundo lugar, é necessário desenvolver cursos à distância e pela internet (como os

¹² MOOCs (inglês: Massive Open Online Courses), isto é, cursos abertos de grande frequência, oferecidos em linha. Estes cursos estão abertos para um grande número de utilizadores. As estatísticas apontam que os MOOCs respondem por 12% dos programas apoiados pelo “Skillsfuture” e uma grande parte dos seus participantes pertence à faixa etária dos 25 aos 39 anos. Os MOOCs mais procurados são “Curso MBA” (An Entire MBA in 1 Course), “Campo de Formação em linguagem Python” (Complete Python Bootcamp) e “Curso completo de optimização de motor de busca 2015: como cheguei ao número 1 do Google” (How I Hit #1 on Google: The Complete 2015 SEO Course), além de outros cursos relacionados com a tecnologia da informação.

MOOCs), pelo facto de eles se adequarem à realidade desta cidade, em que são longas as jornadas e há muitos que trabalham em sistema de turnos. Em terceiro lugar, sugerimos que seja permitida a acumulação dos subsídios para a educação contínua, fazendo com que os residentes possam utilizá-los de forma flexível, de acordo com sua situação pessoal, escolhendo assim os tipos de cursos e as formas de estudo mais adequadas.

3. Reforçar o trabalho de supervisão do PDAC

Neste particular, a quantidade dos cursos qualificados pelo “Programa” vem aumentando, o que levou a DSEJ a afirmar que uma série de medidas de aprimoramento serão tomadas através da digitalização dos meios, com base nas quais se continuará a otimizar o trabalho, reforçando a capacidade de supervisão dos cursos. A digitalização propiciará uma diminuição do volume de trabalho administrativo, evitando fenómenos indesejados, tais como o atraso na entrega ou a falsificação de informações. A repartição em causa mostrou a sua confiança em que, por meio dessas reformas, será possível resolver um grande número de mazelas ainda presentes.¹³

Em relação às inspecções *in loco*, propomos a necessidade de continuar a realizá-las com toda a seriedade, de modo que essa seja uma condição necessária à garantia da qualidade dos cursos. Por um lado, é importante fiscalizar as propinas (e sua cobrança), o conteúdo e a eficiência dos cursos, o que trará benefícios em termos de qualidade e adequação dos horários dessas actividades. Por outro, conforme exigência actual das inspecções, vale a pena rever as suas orientações e o sistema de avaliação das instituições participantes, para que o inspector/fiscal seja capaz de seguir e implementar as regras em vigor. Ao mesmo tempo, também é preciso aumentar o número de visitas-relâmpago, de inspecções regulares, valorizando todas as denúncias (anónimas ou não), fortalecendo a comunicação com as instituições participantes e estabelecendo e aplicando um

¹³ “4ª etapa do PDAC chega em Abril”, *Jornal Ou Mun*, 14 de Janeiro de 2020.

sistema claro de recompensas e punições. Desta forma, faculta-se ao “Programa” que exerça o seu papel da forma mais efectiva.

Sobre o tema dos métodos alternativos de inscrição, recomendamos a criação de um mecanismo de análise e supervisão, com a finalidade de evitar furtos de identidade e de elaborar medidas correspondentes às exigências, colmatando as lacunas ora existentes. Propomos que se continuem a melhorar o sistema e os procedimentos de matrícula e que se proporcione aos residentes um ambiente electrónico mais maduro e ágil (p.ex. oferecer a possibilidade de realizar a matrícula em linha, 24 horas por dia). Desta forma é possível estimular o desenvolvimento da governação electrónica, enquanto se apoia o desenvolvimento de uma cidade inteligente em Macau. Além do mais, é necessário adoptar um sistema de frequência electrónica dos cursos, em substituição dos formulários em papel, o que ajudaria a averiguar, em tempo real, a questão da participação, evitando-se o atraso na entrega dessas informações, o que influencia, por exemplo, o reembolso das cauções.

4. Repensar as direcções a seguir pelo “Programa”

Conforme dados divulgados pela DSEJ, até 31 de Maio de 2015, do total de participantes nos cursos de educação contínua oferecidos pelas três fases do “Programa”, a maior parte matriculou-se em actividades vocacionadas para as competências profissionais,¹⁴ ou seja, cerca de 55% do total. Depois vêm os cursos de artes e humanidades.¹⁵ Se aliarmos estas informações aos dados referidos anteriormente neste texto, chegamos à conclusão de que, embora o “Programa” tenha respondido às necessidades da população, melhorado o nível

¹⁴ A categoria Competências Profissionais inclui cursos referentes a serviços de transportes; veterinária; construção civil; medicina; turismo e eventos/conferências; manufactura e processamento; engenharia e indústria da construção; enfermagem; tratamentos médicos; hotelaria e restauração; cuidados de saúde; ciências da computação; negócios e administração; arquitectura e urbanismo; serviços sociais, entre outros.

¹⁵ A categoria Artes e Humanidades abrange actividades nos domínios do design; belas-artes; pintura/caligrafia/artes gráficas/artes visuais; música; teatro; dança; artes acrobáticas; outros serviços pessoais, agricultura, etc.

cultural individual e as capacidades requeridas pelo mercado de trabalho, os cursos ora existentes não seguem, nem de perto, o ritmo da diversificação adequada da economia local. Em comparação, o governo de Singapura dá muito mais valor aos novos sectores. O “Skillsfuture” enriquece permanentemente os seus conteúdos e devota grande atenção ao seu apoio. Assim, recomendamos que Macau siga a experiência de Singapura, repensando as várias direcções a seguir pelo PDAC. Ao buscar realizar objectivos diversificados, é necessário estar em sintonia com a diversificação adequada da economia, ao mesmo tempo que se tenta fornecer uma ampla variedade de cursos.

De início, podemos apoiar a construção de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, como consta das “Linhas-Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. De forma dirigida, é importante estabelecer cursos orientados para os sectores de eventos e conferências, finanças, MTC, indústrias culturais, etc., conhecendo melhor e agregando ao “Programa” as actividades utilizadas pelos modelos de produção de recursos humanos do interior da China, do Sudeste Asiático e dos países de língua Portuguesa. Assim é possível ampliar os efeitos sociais do “Programa”, reforçando a sua capacidade de trazer benefícios directos ao desenvolvimento sócio-económico em Macau. Depois, em resposta à maior velocidade de integração económica no contexto Guangdong-Hong Kong-Macau, importa considerar a abertura de cursos, de exames de qualificação e de certificação profissional relacionados com o desenvolvimento da Grande Baía no quadro do “Programa”. Esta ideia pode estimular os moradores a integrarem-se activamente na iniciativa, melhorando a sua competitividade, abrindo maiores espaços para o desenvolvimento geral da economia local. Por fim, torna-se necessário dedicar mais recursos às necessidades de formação, urgindo que os moradores participem em cursos relacionados com os novos sectores, o que inclui investir mais nos apoios e na promoção dessas actividades, na implementação de estímulos como prémios, oportunidades de estudo e intercâmbios no exterior, entre outros. Desta forma é possível fazer com que os residentes busquem o seu aperfeiçoamento e melhorem continuamente as suas capacidades. Através das

acções agora descritas, é possível responder às políticas governativas da RAEM, fazendo avançar a diversificação adequada da economia local.

VI. Resumo

Recomendamos que, por meio de uma nova função de coordenação, seja possível realizar ajustes no conteúdo do “Plano de Desenvolvimento e de Aperfeiçoamento Contínuo”, não somente reforçando a supervisão do seu funcionamento, mas também repensando quais as direcções que deve seguir, desta maneira promovendo o seu desenvolvimento sustentado. No entanto, reconhecemos que é preciso pormenorizar e aperfeiçoar as nossas recomendações. Temos a esperança de que, com o desenrolar da nova etapa do PDAC, este venha a oferecer cursos e exames de habilitações mais diversificadas, além de uma discussão mais detida sobre a possibilidade de o “Programa” se transformar numa iniciativa permanente. Desta maneira, seria possível continuar a elevar a cultura individual e as competências profissionais, apoiando a diversificação adequada da economia local e a fundação de uma sociedade mais intelectualizada, sem esquecer que seria possível atingir, de forma antecipada, os objectivos de “erguer Macau pela educação” e de “utilizar talentos para construir Macau”.